

---

## Repositórios institucionais: o desafio da formação de recursos humanos

---

Cícera Henrique da Silva

[cicera.henrique@icict.fiocruz.br](mailto:cicera.henrique@icict.fiocruz.br)

Maria Cristina Soares Guimarães

[cristina.guimaraes@icict.fiocruz.br](mailto:cristina.guimaraes@icict.fiocruz.br)

Maria da Conceicao Rodrigues de Carvalho

[conceicao.carvalho@icict.fiocruz.br](mailto:conceicao.carvalho@icict.fiocruz.br)

Rosane Abdala Lins

[rosane.abdala@icict.fiocruz.br](mailto:rosane.abdala@icict.fiocruz.br)

Rosinalva Alves de Souza

[rosinalva.alves@icict.fiocruz.br](mailto:rosinalva.alves@icict.fiocruz.br)

Fundação Oswaldo Cruz. Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde

### Introdução

O desenvolvimento e implementação de repositórios institucionais (RI) para a preservação de memória das instituições, associado ao livre acesso à informação científica e tecnológica que os mesmos proporcionam as instituições públicas, passou a ocupar a agenda de prioridades de profissionais de informação, gestores e pesquisadores, às vezes sem clareza e reflexão sobre realmente o que se almeja alcançar.

Por outro lado, é também tema de debate em eventos nacionais e internacionais relacionados aos Ris a importância e necessidade de formação de profissionais aptos a assumir os desafios da implantação e gerenciamento de repositórios. Até o momento, e especialmente no Brasil, a formação na área está restrita a cursos de atualização ou disciplinas de mestrado e doutorado.

Caracterizado esse cenário como um desafio e uma oportunidade, pesquisadores do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict), unidade de ensino e pesquisa da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) abraçaram o desafio de propor um curso de especialização lato sensu em RI, seguindo uma tradição da instituição, desde 2004, em formação em informação científica e tecnológica em saúde. Tratava-se, portanto, de usar a experiência na temática contribuiria para reduzir esta lacuna.

### **Objetivo(s)**

Formar profissionais graduados na área de informação científica e tecnológica em saúde com vistas a qualificar a prática profissional e promover a atualização conceitual, metodológica e prática em Repositórios Institucionais (RIs).

### **Metodologia**

Originalmente, o curso de Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde - ICTS tem carga horária de 360 horas e foi criado com o princípio epistemológico norteador fundado no que Morin (2003) denominou “ensino educativo”, que não se restringe à transmissão do saber, mas uma cultura que favoreça a prática do pensar guiada por uma perspectiva que ultrapasse os limites disciplinares.

O curso é uma contribuição a todo um grande esforço nacional no sentido de promover a ligação entre a descoberta científica e as práticas e políticas de saúde. Em dez anos de existência, o ICTS já formou cerca de 200 profissionais oriundos de diversas áreas do conhecimento, mas todos comprometidos com uma prática reflexiva nas várias vertentes relacionadas à produção, circulação e uso da informação científica e tecnológica em saúde.

Em especial, nos anos de 2013 e 2014, o curso se dedicou ao tema “Repositórios Institucionais”, mobilizado pela crescente demanda de várias instituições vinculadas ao setor de ciência e tecnologia. No geral, o perfil de demanda para o curso é motivado tanto por instituições que já possuíam um RI (e procuram por estratégias que contribuíssem para seu fortalecimento) como por aquelas que tinham o compromisso político de implantá-los, e buscavam por modelos que orientassem tal estratégia. A coordenação do curso é feita pelo Laboratório de Informação Científica e Tecnológica em Saúde - LICTS, do Icict/Fiocruz, que também foi o responsável pelo modelo original e implantação do RI da Fiocruz - o ARCA ([www.arca.fiocruz.br](http://www.arca.fiocruz.br)).

O curso é estruturado em torno de quatro eixos teórico-conceituais: Políticas; Acesso e Organização da Informação em C & T; Comunicação na ciência e para a ciência, e Usos e Avaliação da informação em C & T. No Eixo Políticas, discute-se o conjunto de macro e micro políticas (de C & T, de Informação, de Propriedade Intelectual, dentre outras), locais e globais, que compõem o contexto a partir do qual o movimento e a políticas institucionais de livre acesso são moldadas e/ou moldam o desenvolvimento de um RI. No Eixo Acesso e Organização discute-se (e vivencia-se, na prática de laboratório) não só os padrões,

metodologias e linguagens, mas também a infra-estrutura, as tecnologias e os modelos de gestão. O Eixo Comunicação discute a comunicação na ciência, das origens aos desafios colocados pelas tecnologias de informação e comunicação, e a comunicação para ciência (incluindo o *advocacy*), o que se entende ser o coração do movimento do livre acesso. Finalmente, o Eixo Usos e Avaliação procura estimular os alunos a refletir se e como o RI vai ou deve produzir modificações no fluxo da informação científica, e a importância de desenvolver metodologias e indicadores de avaliação e acompanhamento, como forma de orientar aprimoramentos e ajustes necessários.

Ao longo das 360 horas da formação, os alunos são estimulados a uma reflexão crítica sobre as reais demandas para um RI, procurando identificar qual o problema para o qual o RI seria uma solução. O corpo docente segue uma linha do pensamento: RI é a resposta, mas qual é mesmo a pergunta que cada instituição ou aluno tem como meta responder? (Guimarães; Silva; Noronha, 2009).

Os principais resultados dessa estratégia são relatados no próximo item.

### **Resultado(s) e discussão**

O perfil dos candidatos ao curso é muito variado. Em relação às turmas dos anos de 2013 e 2014, foram selecionados 28 alunos, apresentando uma grande diversidade em relação a sua origem geográfica, formação universitária e afiliação institucional, o que favorece muito a lógica do curso, que dá valor à experiência profissional do aluno e a possibilidade de troca e aprendizado conjunto. Em relação à origem geográfica, a maioria é do estado do Rio de Janeiro, onde o curso é realizado, sendo 14 da capital e 9 oriundos de outros municípios. Sobre a formação, a maioria é formada em biblioteconomia. As instituições de origem dos alunos são, na grande maioria, instituições públicas (universidades, hospitais, secretárias de saúde), em seus diferentes níveis: federal, estadual ou municipal. Poucos destes já têm repositórios, a maioria tem como meta desenvolver e implantar.

Ao final do curso, os alunos devem apresentar um projeto de intervenção, realçando alguma dimensão do RI que necessite de maior atenção em sua instituição de origem. As temáticas mais comuns são: organização de fontes para RI, autoarquivamento, usabilidade, gestão de RIs, interoperabilidade, preservação digital e *advocacy*.

### **Conclusão**

As temáticas dos projetos são variadas e isto possibilita momentos de discussão dos projetos em conjunto, proporcionando discussões valiosas, porque cada um expõe o seu estudo e a realidade de sua instituição. Como todos os trabalhos são pensados em relação ao contexto das afiliações institucionais dos alunos, isto contribui para que as aulas sejam colaborativas, onde um aluno aprende e contribui com o projeto do outro, além de propiciar que apliquem o conhecimento apreendido na sua realidade institucional.

**Palavras-chave:** Formação de recursos humanos; informação em saúde; repositórios institucionais.

### **Referências bibliográficas**

MORIN, Edgard (2003) – *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, repensar o pensamento*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 128 p. ISBN 85-286-0764-X.

GUIMARÃES, M. C. S.; SILVA, C. H.; NORONHA, I. H. (2009) – RI é a resposta, mas qual é a pergunta? Primeiras anotações para a implementação de repositório institucional. In SAYÃO, Luís, et. al. (org.) – *Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação*. Salvador : EDUFBA. ISBN 978-85-232-0655-0. p.261-281.